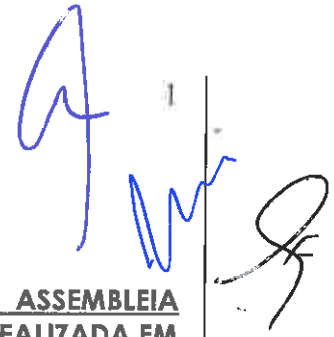


1



ATA N.º4/2018
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA EM
29 DE JUNHO DE 2018

Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e dezoito, pelas catorze horas e quinze minutos, no Edifício da Junta de Freguesia de Ervedosa do Douro, reuniu a Assembleia Municipal de São João da Pesqueira, por convocatória da sua Presidente, de vinte de junho do ano corrente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1 - Apreciação da Atividade Municipal;

Ponto 2 - Análise, discussão e votação da integração do Município, como membro fundador, do CEPAD – Centro de Estudos e Promoção do Azeite do Douro;

Ponto 3 - Análise, discussão e votação da designação do Júri de Recrutamento do Procedimento Concursal para Provimento do Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau (Chefe de Divisão), para a Divisão de Planeamento, Obras, Ambiente e Urbanismo;

Ponto 4- Análise, discussão e votação da atribuição de despesas de representação ao Dirigente Intermédio de 2.º Grau (Chefe de Divisão), da Divisão de Planeamento, Obras, Ambiente e Urbanismo.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão cumprimentando os presentes. Agradeceu ao Presidente da Junta de Ervedosa do Douro, Senhor Sebastião Mesquita, pela amabilidade de ter recebido a Assembleia Municipal na sua freguesia, dando a oportunidade de existir uma maior proximidade dos cidadãos.

Deu nota da ausência justificada do Senhor Jorge Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Soutelo do Douro, fazendo-se representar pela Senhora Mónica Freixo e do Senhor Francisco Pereira que se fez representar pelo Senhor António José Sequeira.

De seguida, passou a palavra ao primeiro secretário, Senhor Luís Paíga, para que se procedesse à chamada.

O Senhor Luís Paíga cumprimentou os presentes e de imediato procedeu à chamada, não se verificando ausências dos deputados eleitos.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou, de seguida, à correção da ata.

Inscreveram-se os Senhores Eduardo Frederico, António Froufe, João Olindo e as Senhoras Rosa Teixeira e Marcolina Sequeira. Os membros Rosa Teixeira e João Olindo solicitaram a transcrição das suas intervenções para a ata na íntegra.

A Senhora Presidente da Assembleia questionou se queriam a transcrição na íntegra das suas intervenções para a ata.

O Senhor João Olindo afirmou seria conveniente passar para a ata as intervenções na íntegra.

O Senhor Joaquim Carvalho considera que só se deverá transcrever as tomadas de decisões. Existe um ficheiro áudio e se o mesmo tiver qualidade suficiente, poderá ficar disponível para consulta. A transcrição na íntegra poderá não ser o mais adequado pois, por vezes, "cometeremos alguns erros na oralidade, que não passam para a escrita e coitado de quem vai fazer a transcrição que terá de transcrever palavra por palavra".

A Senhora Presidente da Assembleia explicou que existe uma dificuldade acrescida para quem faz as atas, porque a oralidade é terrível. Os membros não imaginam como é fazer uma ata sem ajustes, por isso, às vezes, passa uma palavra ou outra. É apologista de que as atas devem possuir o essencial das mensagens e discursos dos Senhores Deputados, proferidos na Assembleia.

A Senhora Marcolina Sequeira pediu a palavra para referir que não valeria a pena estar-se a discutir o assunto das atas. Uma ata reflete o que se diz numa reunião de uma forma sucinta, o que interessa é que fique a ideia. Compete aos funcionários fazer um resumo de forma fidedigna do que se passa nas sessões de Assembleia. Quando uma pessoa deseja a transcrição, transcreve-se para a ata o que a pessoa disse, quando solicitado.

O Senhor Eduardo Frederico referiu que as atas devem refletir o que se passa nas reuniões, devendo ser o mais fidedigna possível. Os documentos e intervenções feitos por escrito entregam-se à mesa para que se possa realizar a transcrição completa. Os membros da Assembleia têm sempre a oportunidade, na reunião seguinte, de corrigirem aquilo que entenderem ou mandar acrescentar aquilo que considerarem relevante.

A Senhora Marcolina Sequeira pediu a palavra para chamar a atenção de que o Regimento da Assembleia Municipal não prevê substituição dos membros, apenas dos Presidentes de Junta.

A Senhora Presidente da Assembleia, dado o momento, com a reunião a decorrer e urgência de resposta, numa leitura na diagonal, pareceu-lhe não encontrar na Lei a possibilidade de substituição dos deputados da Assembleia Municipal, mas também, não encontrou o impedimento da sua substituição. Continuou lendo um excerto da lei: "o pedido de faltas pelo interessado é feito e dirigido à mesa no prazo de cinco dias a contar da data da sessão onde a falta se tenha verificado e a decisão é notificada pelo interessado pessoalmente ou por via postal. Das deliberações da mesa da Assembleia Municipal cabe curso para o plenário". Disse não ter recebido nada por escrito até à hora de início da sessão, referiu que numa leitura muito diagonal, não encontrou na Lei impedimento à substituição, mas também não encontra a sua permissão.

A Senhora Marcolina Sequeira questionou para que servia o Regimento da Assembleia.

A Senhora Presidente da Assembleia esclareceu que o Regimento não faz referência à substituição dos deputados, mas sim à substituição dos Presidentes de Junta.

O Senhor Presidente da Câmara reafirmou que o Regimento só refere os Presidentes de Junta. Se houver um impedimento, não superior a trinta dias,

2
A
M
S

qualquer membro pode solicitar a sua substituição, dirigindo-se previamente à Assembleia Municipal.

O Senhor Vereador Jorge Rocha informou que foi enviado um email dirigido à Assembleia Municipal, onde está explicada a razão pela qual não foi substituído pelo membro imediatamente a seguir.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal comunicou não ter chegado nenhum email para a Assembleia Municipal até ao meio dia e meio do dia corrente.

A Senhora Marcolina Sequeira, no uso da palavra, questionou se a substituição seria apenas para aquela sessão ou se seria por um mês ou dois, para que os membros se possam pronunciar.

A Senhora Presidente da Assembleia lembrou o caso do Senhor Presidente de Junta da União de Freguesias de Vilarouco e Pereiros que, ausentando-se durante um mês, foi substituído pelo Secretário da referida Junta de Freguesia, ao abrigo do art. 78º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.

O Senhor Presidente da Câmara salientou que o artigo 78º dessa mesma Lei refere que "A substituição obedece ao disposto no artigo seguinte e opera-se mediante simples comunicação por escrito dirigida ao presidente do órgão respetivo, na qual são indicados os respetivos início e fim". Referindo-se ainda ao CCDR, interpretou "a convocação do substituto só terá lugar em caso de atempada comunicação do membro do órgão, do membro que se quer substituir da sua ausência neste sentido e não em caso de falta que é a não comparência de um membro que não foi substituído previamente". Finalizou a sua intervenção dizendo que o membro não pode ser substituído.

O Senhor Joaquim Carvalho realçou que se até às 12:30h não tinha chegado qualquer informação, não se pode considerar atempadamente.

A Senhora Presidente da Assembleia solicitou ao plenário que tomasse a decisão de aceitar a substituição do Sr. Francisco Pereira pelo Sr. José Sequeira, exclusivamente para esta reunião, comprometendo-se a reunir informação jurídica que esclareça esta situação, em futuras substituições dos Senhores Deputados. De seguida, colocou à votação quem aceitava a substituição do Senhor Francisco Pereira pelo Senhor José Sequeira, não tendo sido a justificação entregue atempadamente.

O Senhor Eduardo Frederico referiu que, na sua opinião, não se devia personalizar esta decisão na Assembleia. Considera que a decisão da substituição de um deputado, a qual não terá sido feita atempadamente, deve ser tomada em termos gerais, questionando a Assembleia se aceita a substituição dos deputados. O Senhor Presidente da Câmara disse não haver dúvidas de que o pedido de substituição não cumpriu os requisitos legais, devendo perguntar-se, se aceitam que mesmo não tendo cumprido os requisitos legais, se aceite que nesta reunião o membro seja substituído.

A Senhora Rosa Teixeira questionou o que se considera atempadamente. A Senhora Presidente da Assembleia salientou que a reunião estava marcada para as 14h e que a Assistente Técnica verificou o email pelas 12h30, pelo que se seguiu a hora de almoço e início da reunião, no seu entender este procedimento não parece atempado.

3
A
M
S

A Senhora Marcolina Sequeira disse que aceitava, mas se é para cumprir, não se pode estar a discutir o atempadamente. As pessoas têm de ser razoáveis e, no seu entender, atempadamente é com um, dois ou até mesmo quatro, cinco dias antes da realização da reunião. Pois os membros que têm de faltar durante um mês ou dois, sabem-no atempadamente, só se for por uma questão de doença ou algo que aconteça no imediato. Não se opõe a que ninguém seja substituído até porque se a legislação o prevê, há que haver razoabilidade.

A Senhora Presidente da Assembleia referiu que havendo um impedimento, por exemplo: um acidente, uma coisa gravíssima, um filho que vai para uma consulta urgente, é claro que teremos de atender a essas situações. Agora quando a ausência é premeditada terá de ser comunicada por escrito e dirigida à Presidente deste órgão, com alguma antecedência.

O Senhor Presidente da Câmara alertou para o facto de na necessidade de um membro ter de ser substituído, o substituto terá de ser convocado. Continuou lendo o Decreto-Lei "para pedir a sua substituição para a Assembleia convocar o substituto, assim por um motivo de ausência inferior a trinta dias que é o que a não ser como Presidente de Junta que esses podem sempre o membro gozou da faculdade de substituir previamente à realização da reunião e cumprindo os requisitos da Lei, uma comunicação escrita dizer o início e o fim do impedimento há lugar à convocatória de substituto nos termos 79º". Ora o substituto não foi convocado.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal propôs o seguinte, se todos concordassem e, se não houvesse discordância, iriam aceitar a substituição excepcionalmente. No entanto, para que a situação não se repita, iria analisar a legislação para que numa próxima sessão o assunto fique claro e fundamentado. O Senhor Vereador Jorge Rocha solicitou a aprovação em minuta do assunto, para que, como responsável do grupo parlamentar PSD, possa fazer as suas diligências com essa aprovação.

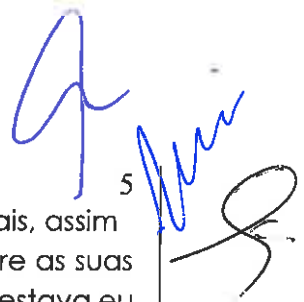
O Senhor Presidente da Câmara disse ser a favor de aprovar a substituição do Senhor Francisco Pereira pelo Senhor José Sequeira.

A Senhora Presidente da Assembleia referiu que numa próxima reunião, com um parecer sobre a Lei, estarão reunidas as condições para tomar uma boa decisão. Neste momento, perante os factos e não estando completamente a par da Lei sobre esta matéria, não iria tomar decisões precipitadas e não fundamentadas. Informou o público presente que se no final da sessão quisesse intervir, teria de preencher o requerimento e dirigi-lo à Mesa.

De seguida, passou a palavra ao Senhor Presidente de Junta da Freguesia de Ervedosa do Douro, agradecendo em nome de todos os membros que constituem este órgão, a amabilidade em os receber.

O Senhor Sebastião Mesquita cumprimentou a Presidente da Assembleia e restante mesa, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, restante Executivo, colegas Presidentes de Junta, Deputados Municipais, estimado público e funcionários que estão a colaborar. Começou por referir que era um prazer em recebê-los na sua Freguesia. Saliu que estas iniciativas são enriquecedoras e fazem bem à democracia, já que muitas pessoas nunca assistiram a uma sessão de Assembleia Municipal. Não conhecem o seu funcionamento e, pelo menos, divulga-se a

4
Min
S



democracia e dá-se oportunidade de conhecer o resto dos órgãos locais, assim como existe a possibilidade de os cidadãos locais se pronunciarem sobre as suas pretensões e necessidades. Recordou: "há mais ou menos dezoito anos, estava eu numa passagem muito rápida pela Junta de Freguesia a acabar a obra do edifício onde nos encontramos, a seguir vieram outros colegas e puseram-na a funcionar. Quem diria que eu voltaria aqui outra vez com um grupo de trabalho para laborar no mesmo local". Disse que este espaço tem melhores condições do que o edifício da Câmara Municipal no que respeita a acessibilidades para pessoas com mobilidade reduzida. Convidou todos os presentes para um lanche de forma a conviverem, no final da sessão,

A Senhora Presidente da Assembleia agradeceu as palavras e a hospitalidade. O Senhor Jorge Rocha pediu a palavra, cumprimentando os presentes "em especial o público presente. É sempre um prazer até pela costela que ainda cá tenho. Não deixo por isso de cumprimentar a Senhora Presidente da Assembleia e todos os Deputados, assim como, o Senhor Presidente da Câmara e restantes membros do Executivo, os Senhores Presidentes de Junta e, também, naturalmente, copiando porque deve-se copiar aquilo que é bom os funcionários da Câmara e, por último, quem nos está a receber, o Senhor Presidente da Junta e toda a sua equipa. Relativamente à ata já foi tudo dito, eu só queria mesmo dizer que não encontro o que é dito na minha intervenção. Na intervenção a que eu respondi não é fidedigna, portanto não sendo fidedigna não posso aceitar o que está cá escrito".

O Senhor Presidente da Câmara lembrou o Senhor Vereador Jorge Rocha que o Executivo não avalia a ata, no entanto, se quisesse fazer uma correção poderia fazê-la.

O Senhor Jorge Rocha solicitou a gravação da sessão de Assembleia. A Senhora Presidente da Assembleia solicitou ao Senhor Jorge Rocha os factos que queria ver alterados na ata, pois se houvesse alguma ideia não transmitida na mesma, a acrescentaria.

O Senhor Jorge Rocha, dirigindo-se ao Senhor Joaquim Carvalho, disse que o Senhor Deputado também não se revia naquilo que está escrito.

A Senhora Presidente da Assembleia disse que iria transcrever o áudio relativo à intervenção do Senhor Vereador Jorge Rocha.

O Senhor Joaquim Carvalho esclareceu que não disse que não se revia no que está escrito na ata. A sua intervenção foi no sentido de, havendo alguma ideia a acrescentar, o faria. Agradeceu a atenção em relação às suas palavras, mas se tivesse alguma coisa a dizer em relação à ata, ele próprio o faria. Concluiu que, em suma, está transcrita na ata a ideia daquilo que disse.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal questionou ao Senhor Vereador Jorge Rocha o que faltava.

O Senhor Jorge Rocha disse "permitam-me então que eu tome a seguinte atitude, uma vez que não me revejo no conteúdo da ata no que diz respeito à minha intervenção e de acordo com a Lei, porque eu sei que isso é legal, eu só estava a abreviar, a aligeirar uma situação, eu na próxima reunião entrego aquilo que foi dito e a Assembleia determinará se é ou não de colocar em ata."

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que quem pode ou não votar a aprovação da ata são os membros da Assembleia Municipal e não o Executivo.

A Senhora Presidente da Assembleia colocou a ata à votação.

A Senhora Rosa Teixeira disse "como vamos aprovar uma ata, se não está aqui aquilo que estamos a pedir que seja alterado? Eu pedi que aquilo que eu disse fosse transcrito, não é possível, pergunto, aprovar a ata na próxima reunião?"

A Senhora Presidente da Assembleia respondeu que a alteração pedida pela Senhora Rosa Teixeira irá ser transcrita para a ata.

A Senhora Rosa Teixeira questionou "isso é garantido que vai ser assim?"

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal disse que se estão a pedir para ser transcrito, irá ser transcrito. Colocada a ata à votação, esta foi aprovada por maioria, com a abstenção do Senhor José Sequeira por não ter estado presente.

De seguida, deu conta da correspondência recebida, nomeadamente convites, da ANAM recebeu um link, que foi enviado para todos os membros da Assembleia. Recebeu um questionário e os membros da Assembleia concordaram em preenchê-lo e reenviá-lo para a ANAM. Recebeu também do Presidente da Assembleia de Mogadouro, Jorge Dias, um ofício que faz referência à resolução parlamentar da Assembleia da República e uma moção sobre a regionalização. Informou que toda a correspondência ficaria arquivada na pasta da Assembleia Municipal para quem queira consultá-la.

Seguidamente, solicitou aos membros eleitos, em representação da Assembleia Municipal nas diversas entidades e comissões, que informassem a Assembleia das atividades das mesmas.

Passada a palavra ao Senhor João Olindo este disse: "É só para informar, que na passada sexta feira, dia vinte e dois, houve reunião da Assembleia Intermunicipal da CIMDOURO. E eu gostava de dar aqui algumas informações, como diz um Presidente de Câmara lá presente, diz que a falta de informação causa boato e não é necessário. Dos pontos principais, é de salientar que na Assembleia falou-se na constituição das brigadas florestais, uma a Norte, outra a Sul no Douro e isto está dependente dos fundos de Estado. Falou-se também na Linha do Douro que é uma linha que tem como objetivo ligar Porto Leixões a Madrid. Falou-se ainda da Comissão da Casa do Douro que vai ser posteriormente debatido no sentido de ter mais informações. Foram apresentadas mais duas moções, uma de solidariedade aos agricultores de Lamego, Resende e Armamar que foi aprovada por unanimidade. Uma moção de esperança relativamente à luta pelo Colégio de Poiães. Também um deputado intermunicipal falou da Casa do Douro e Federação Renovação do Douro que é uma Federação que tem como objetivo agregar atualmente as cooperativas e federações, mas tem o objetivo de eleger público independentemente das Câmaras. Isto vai ser acordado com o número de viticultores de cada concelho e, de acordo, também com a área, por isso brevemente haverá mais informações. Também fica o convite para toda a Assembleia Municipal, na minha pessoa e também na pessoa do meu colega, que no dia dezanove e vinte de julho em Tabuaço, vai haver também um colóquio sobre alterações climáticas no Douro. Gostaria de ceder a todos o documento que nos foi cedido, que é a estratégia da CIMDOURO, penso que seja importante para todos, não sei se haverá hipótese de tirar fotocópias ou posteriormente

entregar na próxima reunião, que é o documento Douro 2030, que é a estratégia da CIMDOURO aos concelhos afetos a essa mesma ."

A Senhora Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção, passando de seguida a palavra à Senhora Mónica Barreleiro.

A Senhora Mónica Barreleiro cumprimentou os presentes, fez referência à sua participação na reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação, no dia catorze de maio. Foram apresentados os resultados escolares do segundo período, do ano letivo 2017/2018. Concluiu-se que na maioria dos ciclos houve uma melhoria dos resultados, à exceção do terceiro ciclo, onde houve um ligeiro agravamento. Foi ainda aprovada a candidatura aos planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar. Falou-se do dia Mundial da Criança.

Período de Antes da Ordem do Dia

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal declarou, então, abertas as inscrições para intervenção neste período de Antes da Ordem do Dia, concedendo a palavra por ordem de inscrição.

O Senhor Joaquim Carvalho iniciou a sua intervenção referindo que o São João foi muito melhor do que nos anos anteriores. Parabenizou o Executivo pela excelente organização, havendo mais marchas e mais população a assistir. Deixou algumas sugestões, pois o anfiteatro é pequeno, talvez aumentar para a zona de espaço verde, fosse uma opção. Quanto aos apresentadores escolhidos, estão de parabéns. Sugeriu que abrissem um concurso para apresentação das marchas. No nosso concelho existem muitos jovens a estudar comunicação e, assim, sempre se pode poupar e dar voz aos jovens, quiçá futuros jornalistas e apresentadores de programas. Em relação às barraquinhas, devia ser aumentado o número de mesas, havia muitas pessoas à espera e, de certa forma, pressiona quem está a comer. Sugeriu ainda que as mesas deveriam ficar na horizontal e não com o declive normal da estrada, para que quem está sentado não sentisse muito incómodo. Na sua opinião, a competição das marchas não é saudável. Todas as marchas tiveram um prémio de participação. Para além disso, as três primeiras marchas, tiveram um prémio diferenciado da quarta à última, cujos prémios foram iguais. Considera preferível aumentar o prémio de participação e acabar com a competição que, por vezes, causa sentimentos de injustiça.

Agradeceu a presença dos deputados na sétima gala desportiva organizada pelo Agrupamento de Escolas. Deixou o convite para a oitava. Congratulou-se com a gala, pois os professores de Educação Física mostraram capacidade de organização.

Fez referência à obra do Bairro da Canelha, começada pelo anterior Executivo. A estrada está lamentável e questionou o Executivo para quando a continuidade da mesma.

A outra obra é a do Bairro do Chão da Cruz. Finalmente este bairro está a ter o tratamento de outros, fez-se um loteamento, as pessoas candidataram-se aos lotes, fizeram casas e a maior parte das casas não tinham passeios. Este Executivo fez os passeios e está de parabéns. Em relação a este lote, leu o seguinte texto "alertar o Senhor Presidente para o facto de haver três lotes à entrada deste Bairro que não fazem parte do mesmo, mas que, em tempos, no Executivo do Senhor

7
Mónica Barreleiro

8

Presidente António Lima Costa, lhes foi pedido que fizesse o loteamento aos proprietários desses três lotes, cederem terreno para estacionamento em duas frentes desses lotes. Segundo o argumento na altura, por questões de área, as vivendas da parte debaixo do lote, quem entra logo, o primeiro correr, não havia espaço, por isso não havia estacionamento. Por parte do então Presidente da Câmara, foi-lhes prometido que a Câmara faria todas as infraestruturas, águas fluviais, passeios, etc. O que aconteceu foi que, depois de o Senhor Presidente António Lima Costa deixar o Executivo, entrou um novo Executivo presidido pelo Senhor Presidente José Tulha. Nestes dois mandatos não honrou a palavra dada pelo seu antecessor, indo até mais longe, a determinada altura, exigiu aos proprietários que lhe fizesse uma garantia bancária para as mesmas infraestruturas que lhe tinham sido prometidas que seriam feitas à conta da Câmara, em troca digamos da área que esses proprietários pagaram e cederam digamos à parte pública. A Câmara acionou essa garantia há cinco anos atrás, pelo Executivo anterior e não fez rigorosamente obra nenhuma. Os proprietários, na sua boa fé, cederam ao espaço público, cerca de quinhentos metros quadrados. Pagaram do seu bolso esses quinhentos metros quadrados, a um preço de cinquenta euros o metro quadrado. Para além disso, tiveram de fazer uma garantia bancária, de cerca de vinte e cinco mil euros, que lhes foi retirado na justiça. Dentro da conjuntura atual, penso que seja considerado a longo prazo, uma forma destes proprietários serem compensados pelo seu esforço financeiro. Estamos a falar de três casais, que são emigrantes, as suas poupanças vieram-nas gastar na sua terra Natal, não ficaram em França. Muito esforço, muito trabalho. O Senhor Presidente na altura deu a palavra e as pessoas de boa fé não pediram documentos por escrito. O Executivo anterior achou por bem, podia ser ilegal, não vou estar a discutir isto, mas a Câmara Municipal não ficou honrada, por isso em representação das pessoas que falaram comigo, por estar nesta Assembleia, que se faça, dentro do possível, essa justiça."

Passada a palavra à Senhora Mónica Barreleiro esta felicitou o Executivo pelo trabalho desenvolvido no âmbito da publicidade. Todos os dias são bombardeados nas redes sociais com imagens, eventos, tudo sobre a Pesqueira. Isto nunca aconteceu antes, estarmos tanto na ribalta.

As crianças no Dia Mundial da Criança, gostaram da oportunidade de irem todos ao circo. Normalmente, quando o circo vem ao concelho, os pais não trazem os filhos ao circo. Congratulou com o facto de as atividades terem sido desenvolvidas ao longo de todo o dia, habitualmente era só de manhã. Houve preocupação da organização em manter as crianças com atividades durante o dia todo, pois nos outros anos as crianças tinham de ir para casa ao final de almoço.

Congratulou com o aumento das férias desportivas. Aumentaram de duas para três semanas. Deixou uma sugestão ao Executivo, de pelo menos uma tarde por semana irem às aldeias, facultando assim transporte para os meninos virem às piscinas municipais

O Senhor Vítor Tomé cumprimentou os presentes, agradeceu ao Presidente da Junta de Ervedosa do Douro por tão prontamente ter-se disponibilizado para os receber e à Senhora Presidente da Assembleia por ter posto em prática aquilo que

ele sugeriu na última Assembleia. Assim, as pessoas estarão mais perto da Assembleia nas suas freguesias e poderão esclarecer algumas dúvidas que tenham.

Parabenizou quem teve a ideia de colocar o TOMI na Praça da República, dado que o Museu fecha às segundas, nem sempre era útil e nem sequer tinha plano de fundo.

Não concordou com a retirada dos pinocos que não deixavam os carros ter acesso à Praça. A Praça depois de requalificada ficou muito bonita e devia ser preservada. Na Rua Direita acontece o mesmo, parece-lhe ainda que as obras nunca foram acabadas, pois existem cabos à solta, mas, assim, sem restrição de passagem, estão a permitir que a Rua seja destruída. As barreiras existentes chegaram a funcionar muito bem, alguém devia ficar responsável pelas chaves e, quando necessário, a Rua era aberta. Fica muito mal olharmos para a Praça e para a Rua Direita com as pedras do chão a saltarem e com manchas de óleo.

O Senhor Fernando Pereira cumprimentou os presentes, em primeiro lugar, agradeceu a forma nobel e simpática com que foram recebidos. Referiu achar importante deslocalizar as intervenções para permitir que as populações do concelho se apercebam dos assuntos que são discutidos nestas Assembleias.

Quanto às marchas foi notável a participação massiva, fez recordar o início do S. João. No entanto, referiu ter havido um aspeto negativo, excesso de demora no arranque das marchas. As crianças estiveram à espera, sem condições e ao sol, os adultos têm a capacidade de aguentar e as crianças não. Este tipo de evento é interessante e deve ser motivado.

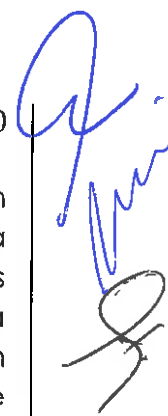
Alertou para o facto dos imóveis em ruína no centro da vila, confrontando com ruas públicas com algum tráfego. Num caso específico, é numa rua que confina com a Rua Emídio Sousa Costa. Quem desce pela Rua de São Pedro, do lado esquerdo, está uma casa enorme que pertencia a familiares do antigo Presidente da Câmara, este foi alertado várias vezes para tentar arranjar solução e nunca o fez. As crianças passam ali todos os dias, pois as da parte antiga da vila frequentam muito aquela rua para ir para a escola. Era importante ter isso em alerta e dedicarem alguma atenção a esse caso.

Na Assembleia passada solicitou informação se a Asdouro estava financeiramente estável, se estava tudo resolvido. Como não lhe foi respondido, questionou o Executivo a que se deve esta saúde financeira, se a projetos financeiros, se a projetos novos, se à intervenção da Câmara ou da Caixa.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara deu as boas vindas a todos, pois encontravam-se na sua terra natal e aos conterrâneos que estavam a assistir. Deu nota de haver mais público naquele espaço do que no Salão Nobre dos Paços do Município. Espera que os outros Presidentes de Juntas tenham a mesma abertura, para se realizarem as Assembleias Municipais, para que haja uma maior proximidade das pessoas e para que elas saibam quem elegeram e para que presenciem os trabalhos deste órgão, convidando-os a participar.

Relativamente às questões colocadas e começando pelo S. João, de facto existiram algumas situações que carecem de algum afinamento numa próxima



edição. Ele mesmo esteve sempre com o telemóvel, a tentar minimizar algumas situações que, no seu entender, não estariam a correr tão bem e que poderiam comprometer todo o espetáculo. Congratulou-se com a festa, teve uma boa adesão do público. Participaram vinte e seis marchas. Sensibilizaram as Associações a participarem, pois a Câmara também dá o seu contributo para a sua existência. Houve um atraso de quase uma hora. A primeira marcha trazia um CD e o computador não aceitava, um microfone da empresa que deixou de funcionar, no seu entender a empresa de som falhou numa ou outra coisa. Foi oferecido ao público uns chapéus de sol, os marchantes estavam à espera debaixo de uma rede sombra, mas quem estava à espera para entrar e atuar é que apanhava sol. Também lá estavam as suas duas filhas, portanto compreendia muito bem estes pequenos reparos. As situações que não funcionaram tão bem estão identificadas e com certeza serão tidas em conta na preparação do próximo S. João.

Tirando estes pormenores e analisando de uma forma geral, pode afirmar que o balanço foi bastante positivo. Apresentou os valores gastos, entre o ano passado e este ano com a realização do S. João, sem contabilizar o valor das marchas e os prémios das mesmas, porque esses valores estão definidos no Regulamento e este não foi alterado. Alteraram somente os valores dos prémios de classificações, porque consideraram mais correto. No presente ano foram gastos vinte e dois mil, quatrocentos e quarenta e dois euros e no ano passado gastou-se quarenta e quatro mil euros. No ano transato, os prémios para as marchas foram de vinte e três mil euros e este ano foram de trinta e seis mil e setecentos e as marchas participantes foram quase o dobro em relação ao ano anterior. Fazendo-se contas ao total gasto, no ano passado gastou-se sessenta e sete mil euros e este ano gastou-se cinquenta e nove, cento e cinquenta e dois euros. Terminou dizendo que a disputa entre as marchas faz com que haja qualidade de participação.

Dando resposta ao Senhor Joaquim Carvalho, relativamente ao anfiteatro ser pequeno para albergar tantas pessoas para assistirem a este evento, ainda vão decidir se no próximo ano se manterá a realização do S. João nesse espaço ou se o irão transferir para a praça onde se irá realizar a Vindouro. Os apresentadores foram do concelho, a Vanessa Pereira e o Marcus Pinto. Só a Mónica Jardim é que não era do concelho, como tal deram oportunidade aos da terra. O ano passado a apresentadora custou dois mil e quinhentos euros, este ano a Mónica Jardim cobrou mil e duzentos. O Marcos Pinto não recebeu absolutamente nada. Quando pensaram em fazer as marchas das crianças e seniores pensaram logo em alguém da terra e a Vanessa Pereira fez uma boa apresentação.

Já tinha felicitado os professores de Educação Física do Agrupamento de Escolas, na Gala Desportiva pelo excelente trabalho realizado.

Quanto ao Bairro da Canelha, o Executivo anterior começou logo a abrir e a colocar as condutas até à fonte, mas ainda não tinham feito o procedimento concursal, nem tinham o parecer das estradas. A estrada está horrível, ele próprio já constatou com o seu carro. Todas as segundas feiras reúne com os Chefes de Divisão e todas as segundas feiras os questiona sobre o Bairro da Canelha. Quando este Executivo tomou posse pediram o parecer, que demorou mês e meio. Após esse parecer abriram concurso e fizeram o convite a três entidades e nenhuma

aceitou. De acordo com a legislação, tiveram de pôr a obra a concurso público e não houve nenhuma empresa a concorrer. Aumentaram o preço da obra, mais vinte e poucos euros e a única empresa a aceitar foi Lopes & Irmão, com quem já falou pessoalmente, para em primeiro lugar asfaltar e depois ultimar toda a obra. Foi interpelado por vários moradores do Chão da Cruz, devido à obra não estar concluída, incluindo a parte que era do loteamento da Câmara não está concluído. Disse ter conhecimento do acordo entre o Senhor Lima Costa, na altura Presidente da Câmara, mas nada está escrito. Confirma que cerca de quinhentos metros foram cedidos e vão avançar com a realização de obra para escoamento e execução dos passeios. Confessa que foi apanhado de surpresa e confirma que em 2013, a caução de vinte e quatro mil euros que os proprietários fizeram à Câmara, foi acionada, foi recebida pela Câmara e as obras não foram realizadas. É um problema que tem de ser resolvido, até porque as obras não ficaram naquele valor. Quando lhe disseram, analisou e verificou que é totalmente ilegal e rematou dizendo que ilegalidades houve muitas. A caução deve ser acionada quando o proprietário não o faz e a Câmara executa e no valor conforme o caso. O dinheiro foi pago à Câmara em 2013.

Relativamente ao que a Senhora Mónica Barreleiro disse em relação à comunicação, essa sempre foi e será uma preocupação, "não basta dizer que somos muito bons ou muito lindos, senão mostramos o trabalho que estamos a desenvolver".

Quanto ao Dia da Criança, considerou que deveriam existir atividades para o dia todo, dado que o custo do transporte era o mesmo e a refeição tinha de ser dada às crianças. Contrataram um circo que atuou na parte da manhã, cujo valor orçou os dois mil e quinhentos euros. À tarde, as atividades foram realizadas com os funcionários da Câmara, rentabilizando deste modo, recursos humanos e financeiros. Até ao momento, todas as atividades e eventos realizados por este Executivo têm tido um menor peso no orçamento da Câmara e a qualidade tem-se garantido.

No presente ano, foram gastos cinco mil euros e cento e onze cêntimos com a realização de atividades que proporcionaram um Dia diferente às crianças e no ano passado gastou-se o dobro com o Dia da Criança (nove mil e novecentos euros).

Decidiram aumentar as férias desportivas de duas para três semanas. No seu entender julga ser uma resposta, que vai ao encontro do que os miúdos precisam e os pais também necessitam de manter os seus filhos ocupados. Estão cerca de cento e noventa inscritos. Existem funcionários do Apoio à Família e limpeza sem trabalho, porque terminou a escola e rentabilizaram-nos, colocando-os a ajudar nessas tarefas. Apesar de terem oferecido três semanas de Férias Desportivas, em vez de duas, como vinha sendo executado, irá ficar mais barato nas despesas da Câmara.

Quanto à proposta de oferecerem transporte para trazerem as crianças das várias freguesias até às piscinas irão fazê-lo, quando se justificar, da mesma forma, que o fizeram no Natal. Informou que estão a organizar um "pacote" cultural para levar a todas as freguesias neste Verão. É necessário levar a cultura junto das pessoas e

também combater, de algum modo, o isolamento a que algumas populações estão votadas.

Decidiram colocar o TOMI na Praça da República, pois o Museu está fechado à noite e também tirava fotos para o café, assim entenderam que a Praça da República é mais emblemática.

Na Praça da República e na Rua Direita, os problemas estão identificados, mas existem muitos pilaretes que estão partidos ou danificados e cada um custa setecentos euros, ainda assim é intenção do Executivo em colocá-los lá brevemente.

Iniciaram o processo dos imóveis em ruína e começaram a notificar as pessoas.

A saúde financeira da Asdouro não se deve à injeção de dinheiro colocado pela Câmara, à exceção dos vinte e cinco mil euros, que tinham de ser pagos à segurança social, deve-se antes à boa liderança do atual diretor da escola. Deve-se às muitas candidaturas que já vinham detrás, mas que se encontravam esquecidas e com a insistência do novo diretor em as fazer serem aprovadas.

A Senhora Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção do Senhor Presidente, passando à Ordem de trabalhos.

Ponto 1 – Apreciação da Atividade Municipal.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal iniciou o ponto, abrindo inscrições para os membros que quisessem intervir.

Passada a palavra ao Senhor Eduardo Frederico referiu que é com prazer que tem visto a dívida do Município a diminuir. Desde o passado mês de abril, a dívida diminuiu cerca de quatrocentos mil euros. Pediu ao Senhor Presidente da Câmara que fizesse o ponto de situação em relação à dívida das Águas de Trás os Montes e Alto Douro. Por último, fez um apelo aos Deputados e Presidentes de Junta no sentido de pouparem papel e receberem os documentos para as sessões de forma digital.

O Senhor Joaquim Carvalho interveio, de seguida, questionando qual o balanço da participação do Município na Feira Agrícola de Lamego.

Solicitou ao Senhor Presidente que se procedesse a umas obras no ginásio da Piscina Municipal e que ponderassem adquirir mais equipamentos, pois são muitos os utilizadores do ginásio, principalmente das 18h até às 20:30h tornando-se insuportável a logística. Pediu também para resolverem a questão do ar condicionado.

O documento faz referência à aprovação de três candidaturas ao programa valorizar e ao programa planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar Pesqueira Educa, questionou para quando a operacionalização destas candidaturas.

Tem conhecimento de que o concurso público das obras da envolvente do Agrupamento de Escolas já foi lançado, interrogou se já há data prevista para o início das obras.

A Senhora Marcolina Sequeira salientou a relevância da preparação da marcha da Biblioteca Municipal, uma vez que todo o cenário envolta dela, remete-nos sempre para uma obra infantil e, nesse sentido, revela, conseqüentemente, a importância que a Biblioteca Municipal tem junto de todos os Municípios. Salientar,

também, o empenho e esforço de todos os colaboradores da Biblioteca Municipal que fazem um trabalho meritório e excelente, uma vez que confeccionam eles próprios todos os adereços e todos os trajes. Parabenzou a Biblioteca Municipal, todos os colaboradores e responsáveis pelo facto de todos os anos nos presentearem com uma marcha fantástica.

O Senhor António Froufe interveio seguidamente apelando para falarem com as Estradas de Portugal, pois as bermas das Estradas do concelho estão lastimáveis. Quanto à Protecção Civil e, já que se falou nas casas em ruínas, questionou de quem é a responsabilidade, se da Câmara ou da Junta de Freguesia. Em Trevões existem cinco casas em ruínas, já falou com os proprietários, mas o problema é "quem deita aquilo abaixo e quem vai recolher o entulho".

Pediu atenção quanto às avarias das águas referindo que "rebentou uma conduta às quatro da manhã, ligou para toda a gente e ninguém o atendeu. Fechou a água, mas a conduta podia ter rebentado. Se acontecesse numa sexta feira à noite ficaria o fim de semana todo assim, pois não tinham peças em armazém", pediu mais atenção.

A Senhora Rosa Teixeira pediu a correção no que diz respeito à ortografia na página quatro, não é "parceira", mas sim "parceria". E a designação da nossa escola não é EB, 2 e 3 de São João da Pesqueira, mas sim Escola Básica e Secundária de S. João da Pesqueira.

No que diz respeito à Educação, solicitou um esclarecimento relativamente à educação, início do estudo da população escolar para o próximo ano letivo primeira vez e renovação.

O Senhor João Olindo sugeriu que o Município contratasse alguém especializado em vinho e agronomia, pois nota falha técnica na descrição dos vinhos na participação das feiras. No gabinete de agricultura deveria haver alguém a acompanhar os agricultores, os mais antigos carecem de informação e os mais novos tecnicamente podem ajudar com outras informações, preparação das vinhas e outras atividades agrícolas.

O Senhor Teófilo Anjos cumprimentou a mesa na pessoa da sua Presidente, Presidente da Câmara, Vereadores, colegas Presidentes de Junta e Deputados. Congratulou, por finalmente, o concurso público da ETAR de Ôlas estar em andamento. Agradeceu em seu nome e em nome dos habitantes da freguesia, pois pecou por tardio, era uma necessidade, tratava-se de uma situação de saúde pública.

Concordou com o seu colega António Froufe, é uma necessidade a limpeza das bermas da estrada, a estrada que liga S. João da Pesqueira à Ferradosa está uma calamidade.

O Senhor Vítor Tomé lembrou que no mandato anterior era apologista que nas feiras deveriam estar especialistas de vinhos para que nos pudessem representar de uma forma condigna, a não acontecer mais valia não estarmos presentes. No seu entender e pelas imagens que tem visto, o Município devia ter um stand modular com que pudessemos apresentar em todo o lado, ou seja, devíamos ter uma imagem própria e uma equipa certa, pois os colaboradores que vão às feiras não são sempre os mesmos. A Feira de Santarém este ano tinha um título "O olival e o azeite", o Município esteve em força com vinhos e o azeite ficou um pouco

esquecido. Se vamos estar presentes numa feira onde o tema é a amêndoa, não podemos apresentar exclusivamente vinhos. O vinho é a nossa imagem de marca, mas temos outros produtos para mostrar.

Questionou se iremos ou não integrar a ANAM, Associação Nacional de Municípios. A Senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as intervenções, passando, de seguida, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara começou por afirmar que se a Assembleia decidir a sua integração na ANAM, está de acordo com essa decisão, pois o Município já tem a sua participação em várias Associações, com quotas atrasadas em quase todas.

Em relação às feiras, concorda inteiramente com os Senhores Deputados João Olindo e Vítor Tomé, apenas falta passar à prática, o que não é nem fácil, nem rápido. Relativamente à representação do Município nas feiras, esta matéria foi discutida com o Gabinete de Desenvolvimento Social, estando em estudo quais as feiras em que o Município deverá estar presente, quais as que fazem sentido para a nossa economia e que tipo de stand nos fará representar.

Respondendo à questão do Senhor Eduardo Frederico, afirmou que terão de reduzir a dívida em cerca de um milhão de euros e até ao momento reduziram por volta dos trezentos mil euros.

Em relação à dívida às Águas de Trás-os-Montes, pediu, após a última Assembleia, colaboração ao consultor que fez a auditoria organizacional. Este, ficou de lhe enviar elementos relativamente à questão das infraestruturas.

Explicou ao Senhor Joaquim Carvalho que não possuía os relatórios das duas feiras, naquele momento, mas que se quisessem os podia remeter. Informou que o técnico do serviço faz sempre um relatório de cada feira.

Herdaram muitos equipamentos em final de vida, desde autocarros, ginásio, piscina, etc., está tudo degradado. Há muita gente que quer o alargamento do ginásio, mas há outras prioridades, dando o exemplo da humidade que se consta no edifício das piscinas. Este ano, a extensão do ginásio vai ser difícil, iremos iniciar as obras de primeira necessidade. As piscinas descobertas também estavam a precisar de obras, num valor de cerca de trinta mil euros, realizaram-se obras no valor de quinze mil euros, encontramos-nos a definir prioridades.

Quanto às candidaturas referidas pelo Senhor Joaquim Carvalho, pretende dar início à criação da sala do futuro e à contratação de quatro ou cinco técnicos, para constituir uma equipa multidisciplinar, a partir do novo ano letivo. Esta candidatura já fazia parte das decisões do anterior Executivo e, após análise do programa, decidiu-se manter esta aposta.

Relativamente às obras do estacionamento da escola sede do agrupamento, deverão ter início em agosto.

Corroborou com a Senhora Marcolina Sequeira quanto à excelência do trabalho apresentado na marcha da biblioteca. Gastaram-se trezentos e sessenta e sete euros.

Relativamente à limpeza das bermas das Estradas de Portugal, afirma que estão a insistir, constantemente, com ofícios e telefonemas. Este ano foi um ano muito chuvoso e atípico, o que levou a um crescimento anormal de vegetação. A Câmara tem feito um esforço acrescido para manter as bermas das estradas que

não são nacionais limpas. Dispomos de poucos recursos humanos externos e temos em excesso trabalhadores de secretaria. Dadas as condicionantes, os sapadores e os serviços externos têm estado muito ocupados, não conseguindo dar resposta a todas as situações.

Respondendo ao Senhor António Froufe, informou que foi lançado um concurso para reposição de stock de material, para não ocorrerem situações de inexistência de equipamento e consumíveis de reparação ao fim de semana.

A questão colocada pela Senhora Rosa Teixeira é estatística e para levantamento das necessidades designadamente dos transportes, dos horários.

Quanto às candidaturas às ETARs de Casais, Sarzedinho, Ôlas e Riodades estão todas aprovadas e brevemente executada.

O Senhor Presidente pediu para distribuir aos membros, fotocópias das entidades que vão fazer parte do CEPAD.

A Senhora Presidente da Assembleia fez um intervalo de cinco minutos.

Retomados os trabalhos, o Senhor Luís Paíga fez novamente a chamada. Verificou-se a ausência do Senhor António Vicente.

Ponto 2 - Análise, discussão e votação da integração, como membro fundador, do CEPAD – Centro de Estudos e Promoção do Azeite do Douro.

A Senhora Presidente da Assembleia iniciou o ponto. Lembrou que o assunto foi adiado para a presente sessão, uma vez que, na anterior, os membros solicitaram mais informação. Informou que o Senhor Presidente de Câmara obteve o esclarecimento necessário para uma decisão mais consciente e solicitou a distribuição da fotocópia das entidades a integrar o CEPAD.

De seguida, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para que este esclarecesse melhor o ponto em questão.

O Senhor Presidente da Câmara, antes de retomar este assunto, afirmou ter recebido um email relativo à requalificação do Bairro da Canelha e não se verificou existir qualquer empresa interessada, irá proceder a um novo concurso e aumentar um pouco o valor inicial, o que inviabiliza outros projetos.

Ainda para conhecimentos dos presentes, afirmou que a dívida dos Municípios em relação à água consumida e que não era cobrada pelo anterior Executivo, passou de duzentos e vinte mil euros para setenta e cinco mil euros.

Relativamente ao ponto em discussão, pode verificar-se no documento entregue que vários Municípios limítrofes ao nosso vão fazer parte integrante e reveste-se de bastante interesse que façamos parte desta associação, pois divulga o nosso azeite, cria uma marca ou ajuda na criação de um azeite DOP.

A sede vai situar-se em Tabuaço, porque o nosso concelho manteve-se desatento a estas questões. Já antes do anterior mandato, por diversas vezes, ouviu o Senhor António Balça falar na questão da necessidade de ser criada uma associação que valorizasse o nosso produto. O Executivo que estava em funções nunca deu crédito a esta pretensão. O Município de Tabuaço foi visionário e aproveitou esta oportunidade, chamando Municípios e cooperativas privadas para a constituição desta associação. Neste momento, devemos decidir a nossa integração. Fez algumas considerações relativamente à dificuldade em criar uma Dop ou uma IGP para o Douro inteiro, dadas as circunstâncias será viável criar uma só para a

Pesqueira? Nas jornadas do azeite realizadas há doze anos em Valongo dos Azeites, este assunto já era debatido e nunca tomou qualquer decisão, de forma a sermos pioneiros deste projeto. O centro ainda não foi constituído, estão a aguardar. O valor da joia e da quota ainda não está definido, após a decisão da constituição, este valor terá de ser liquidado. Será necessário proceder à recolha de azeitona para análise.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, passando de seguida, às inscrições dos membros para debate deste assunto.

O Senhor Sebastião Mesquita lembrou que há mais de dez anos que o Senhor António Balça falava da importância da criação da DOP Douro. Nunca ninguém o ajudou a concretizar esta ideia. Afirmou que Tabuaço foi mais audaz e vai levar este projeto mais além. Uma DOP e uma IGP é uma denominação de origem protegida para valorizar o azeite e dela poderão fazer parte cooperativas e produtores que irão testar a qualidade do azeite, certificar e fornecer selos. Terá um papel idêntico ao do IVDP quanto aos vinhos. Assegurou que quem irá suportar as despesas com o funcionamento dessa IGP vão ser os produtores. Cada garrafa terá um selo e serão os produtores a pagar, porque têm interesse em proteger o produto. "A Associação já vem tarde, mas mais vale tarde que nunca".

O Senhor Eduardo Frederico agradeceu os esclarecimentos dados pelo Senhor Presidente da Câmara. Isto está sujeito a registo prévio do tribunal de contas e carece de uma fundamentação. Não sabe o valor dos custos já que a joia e quota ainda não estão definidas por força do Centro de Estudos não estar formalmente constituído. O visto prévio é uma obrigação legal, e espera que o Tribunal de Contas não o recuse por não saber a despesa apresentada. Relativamente aos estatutos apresentados, há um artigo que é o artigo sexto pensa carecer de uma retificação porque diz "os associados fundadores são equiparados aos fundadores ordinários", no seu ponto de vista deveria ser "aos associados ordinários" e não aos "fundadores ordinários". Deixou a sugestão pois não há fundadores ordinários, há fundadores e associados ordinários.

O Senhor Vítor Tomé no uso da palavra disse terem pedido ao Executivo para esclarecer melhor esta questão do CEPAD, ele próprio se deu ao trabalho de tentar perceber o CEPAD. "Recorreu à pessoa mais entendida no assunto, que se debateu com isto já há alguns anos, o Senhor António Balça. A sede estar em Tabuaço é um mal menor, provocado por nós. Também somos produtores de vinho e, no entanto, o IVDP está sediado na Régua. O Executivo anterior nada fez para que fossemos nós a arrancar com isso independentemente de ser interpelado várias vezes para o fazer. Cada vez mais se aposta num azeite de qualidade e, como tal, S. João da Pesqueira tem que dar resposta a isto e estar na linha da frente. Estamos aqui para defender os interesses dos Municípios e sendo um concelho também de produção de azeite, acha por bem votarem favoravelmente quanto à integração e depois tentar modelar para o nosso lado. Apelou ao voto favorável pois é importante para o concelho".

O Senhor Fernando Pereira defendeu a integração no CEPAD. Foi com satisfação que notou a vontade de aderência. Quando o projeto foi apresentado mostrou ser algo que faltava e faz todo o sentido que a Pesqueira acompanhe estas

iniciativas, pois para nos fazermos ouvir temos que estar todos juntos, temos que ser unidos para nos fortalecermos. Se conseguirmos evoluir nesse sentido claramente o concelho da Pesqueira deixa de perder aquilo que já perdeu, podendo olhar para o futuro de uma forma mais agradável.

O Senhor António Froufe achou estranho em 11 Municípios só 5 cooperativas integraram o CEPAD. Se o tema é o azeite questionou o porquê das cooperativas não estarem a aderir. Espera que a joia e a quota não sejam elevadas para não se discutir a continuidade da integração associação por causa da quota ser elevada.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara respondendo ao Senhor António Froufe disse não saber porque só integraram cinco cooperativas, é importante a integração. Concordou com o Senhor Vítor Tomé quando disse sermos um concelho com mais produção de vinho e no entanto o IVDP está sediado na Régua.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo este aprovado por unanimidade.

Ponto 3 - Análise, discussão e votação da designação do Júri de Recrutamento do Procedimento Concursal para Provimento do Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau (Chefe de Divisão), para a Divisão de Planeamento, Obras, Ambiente e Urbanismo;

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal iniciou o ponto passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que a abertura do concurso não é competência da Assembleia, mas o júri do concurso sim. Recrutaram o júri aos concelhos limítrofes. Havia duas divisões de obras, as particulares e as públicas, como foram unidades e desprovidos os chefes de divisão têm que abrir procedimento concursal para a entrada de um chefe. A Assembleia também terá de decidir, se lhe são atribuídas as despesas de representação ou não, que são mais ou menos duzentos euros e que será tema de votação no ponto seguinte.

Não havendo inscrições para debate deste ponto, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação. Foi aprovado por unanimidade.

Ponto 4 - Análise, discussão e votação da atribuição de despesas de representação ao Dirigente Intermédio de 2.º Grau (Chefe de Divisão), da Divisão de Planeamento, Obras, Ambiente e Urbanismo.

O Senhor Eduardo Frederico pediu a palavra para questionar se as verbas disponíveis constam ou não do orçamento aprovado. Convém que a Assembleia saiba se já estava previsto nas Grandes Opções do Plano, aprovado na reunião de vinte e nove de dezembro de 2017. Perguntou qual a percentagem do vencimento base, que vai ser atribuído em termos de despesas de representação. O Senhor Presidente da Câmara disse que as despesas de representação estavam previstas no orçamento. Quanto à percentagem não sabe, mas sabe que são duzentos euros.

A Senhora Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação sendo este aprovado por unanimidade.

A Senhora Presidente da Assembleia informou que chegou à mesa uma inscrição do público da Senhora Rosa Amaral, lembrou que possui apenas de cinco minutos para formular a questão.

A Senhora Rosa Amaral cumprimentou os presentes, pediu ao Senhor Presidente da Junta ou a um dos deputados para ir ver o que se passa na sua rua e o estado em que fica a sua casa durante as intempéries. O problema tem de ser resolvido na origem.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que a Senhora Rosa o tinha informado deste facto durante o intervalo da reunião. Referiu que quando chove muito, as águas infiltram-se na casa da Senhora Rosa, porque não há escoamento nenhum desde a Rua da Portela até ao fundo da rua. Mas disponibiliza-se para tentar resolver a situação, juntamente com o Senhor Presidente da Junta. Irão solicitar ajuda técnica, uma vez que as fotografias mostradas pela Senhora Rosa, lhe mostram uma situação complexa.

O Senhor Presidente da Junta de Ervedosa do Douro, Senhor Sebastião Mesquita, referiu que a Senhora Rosa Amaral o abordou no mês de abril para colocar uma nova grelha, porque as águas entram na porta por esta, estar demasiado baixa. Informou que o calceteiro andou um mês praticamente no Castanheiro do Sul, veio para Ervedosa a semana passada para começar as obras. A grelha já está feita é só colocá-la, mas há outro problema, a Casa do Cão, por cima tem infiltrações de água, mas isso é uma casa particular, ele não pode, como Presidente de Junta, nem a Câmara pode resolver um problema de uma casa particular que tem infiltrações nas "costas" da casa desta Senhora. A casa está em ruínas tem infiltrações de água, a casa está mais baixa, tem infiltrações na parede, mas a Junta e a Câmara não têm competência para resolver esse problema. A grelha será colocada esta semana.

O Senhor Presidente Câmara referiu que assim sendo realmente o problema não é do Município, nem da Junta é uma questão de direito privado.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as intervenções.

A Senhora Rosa Teixeira disse não saber em que tempo se faz, mas queria expressar um voto de pesar pelo falecimento da mãe do Senhor Adelino Lopes, este foi aceite por unanimidade.

A Senhora Presidente da Assembleia solicitou a aprovação em minuta dos pontos 2, 3, 4 e também relativamente à substituição, conforme o solicitado pelo Senhor Vereador Jorge Rocha. Foram aprovados por unanimidade

ENCERRAMENTO:

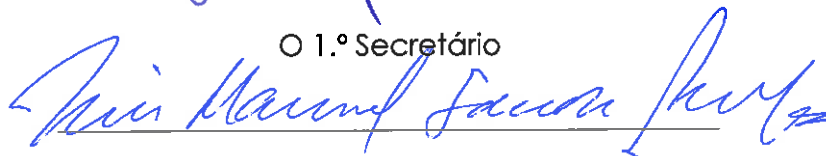
A Senhora Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião às dezassete horas e quinze minutos, agradecendo ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa do Douro. Dos trabalhos em agenda foi lavrada a ata, que depois de

lida, posta a votação e aprovada por maioria irá ser assinada pelos Membros que compuseram a Mesa e a redigiram.

A Presidente da Assembleia Municipal



O 1.º Secretário



O 2.º Secretário

